

# Estudo Técnico Preliminar 1/2021

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 02000.003616/2020-10

## 2. Descrição da necessidade

Devido à importante atuação na execução de políticas públicas e ações governamentais e sociais, o Ministério do Meio Ambiente - MMA mantém assíduo relacionamento com entidades nacionais e internacionais. Tem, entre seus objetivos, divulgar e apoiar atividades técnico-institucionais realizadas em prol da sociedade referentes à missão, competências e diretrizes ambientais, por meio da promoção e /ou participação em congressos, fóruns, seminários, exposições, feiras, consultas públicas dentre outros eventos institucionais, em todo o território nacional. Não há como buscar integração com a sociedade e atores públicos/privados sem reuni-los num mesmo recinto com a finalidade de debater, clarificar e construir ideias.

Assinale-se, ainda, que a Portaria Conjunta Nº 266, de 17 de junho de 2020, instituiu o Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas Entidades Vinculadas 2020-2023, e estabeleceu os atributos assim transcritos:

*“Art. 4º O Planejamento Estratégico Integrado será construído pelos seguintes atributos:*

*I - Missão: formular e implementar políticas públicas ambientais visando proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável;*

*II - Visão de futuro: ser reconhecido como referência nacional e internacional na efetiva conservação e proteção do meio ambiente, no fomento do desenvolvimento socioeconômico sustentável e na produção de conhecimento;*

*III - Valores organizacionais:*

*a) Responsabilidade Ambiental: adotar uma postura ativa para promover práticas ambientais sustentáveis e eficientes;*

*b) Comprometimento com o Resultado: atuar de forma planejada, integrada e objetiva, com foco nos objetivos institucionais e na geração de valor socioeconômico;*

*c) Integridade na Conduta: agir com princípios e ética, de forma a promover uma gestão transparente e responsável, e assegurar o interesse público;*

*d) Valorização do Profissional: reconhecer a competência técnica e objetiva dos servidores, de modo a valorizar as realizações funcionais destes;*

e) *Comprometimento com a Sociedade: atender as expectativas da sociedade de forma ágil e inovadora, demonstrando empenho na prestação dos serviços públicos; e*

f) *Valorização do Conhecimento: gerar e difundir conhecimento em meio ambiente”.*

O suporte logístico-operacional, para a realização dessas ações, demanda esforços e recursos específicos que extrapolam as atividades normalmente desenvolvidas pelas diversas unidades do Órgão ou suas finalidades, tornando-se necessária a contratação de empresa especializada nesse ramo de eventos institucionais.

Para atendimento dessa necessidade, o MMA, celebrou o Contrato nº 04/2016, com a empresa *FullBless Eventos LTDA*, porém sua vigência encerrará em 1º/02/2021, sem possibilidade de prorrogação, sendo assim necessária nova contratação.

Logo, a presente contratação destina-se à continuidade da execução dos serviços de apoio à realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do MMA, de natureza acessória, instrumental e complementar aos assuntos da área de sua competência legal, consoante o disposto no art. 1º do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, o art. 9º da Instrução Normativa nº 5, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão – SEGES do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, atualmente Ministério da Economia, necessária ao Órgão e não inerente às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do MMA, proporcionando meios necessários para atingir as metas e objetivos estratégicos da instituição.

As normas e procedimentos para a realização de eventos institucionais pela Pasta constam da Portaria MMA nº 519, de 07/12/2016.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Gestão Administrativa – CGGA/SPOA /SECEX/MMA	André Vieira Ferreira

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços serão prestados mediante formalização de instrumento contratual.

Os serviços referenciados no presente estudo, dadas as suas características, pautadas em especificações usuais de mercado e detentoras de padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme preceituado no art. 1º, do Decreto nº 10.024/2019.

Em atendimento à Instrução Normativa nº 49/2020, a execução dos serviços será na forma indireta, e, conforme disposto no Decreto nº 9.507/2018, sob o regime de empreitada por Preço Unitário, em conformidade com o disposto no art. 10 da Lei nº 8.666/1993.

Mediante contratação, a empresa deverá cumprir os requisitos a seguir elencados:

**Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:**

Visando o atendimento das necessidades das unidades administrativas do Ministério do Meio Ambiente é fundamental a contratação de empresa especializada na promoção de serviços de eventos institucionais. A futura contratada deverá fornecer mão de obra qualificada e experiente e demais itens conforme especificações estabelecidas neste Estudo Preliminar e no Termo de Referência.

A Contratada deverá realizar o serviço objeto deste Estudo de forma completa, com atendimento de todos os requisitos, sem que haja à descontinuidade, nem necessidade do MMA realizar quaisquer contratações adicionais para realização de eventos institucionais.

A Contratada deverá estar apta a comprovar que atende aos requisitos mínimos de habilitação econômico-financeira, jurídica e técnico-operacional, previstos no Edital e seu Termo de Referência, bem como deve manter-se habilitada durante toda a execução dos serviços.

A empresa deverá manter, em Brasília – DF, sede, filial ou representação, dotada de infraestrutura técnica adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, no que se refere à prestação de serviços em Brasília, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do início do contrato.

A licitação será composta por um item, cujo valor global anual dos serviços, será discriminado na Planilha de Custos e Formação de Preços, anexo deste documento.

A presente contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo critério de julgamento será o MENOR PREÇO GLOBAL.

**Qualificação técnico-operacional:**

Os interessados deverão comprovar capacidade técnico-operacional por meio da apresentação de atestado(s) detalhado(s), em papel timbrado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que explicita incontestavelmente que a empresa prestou, satisfatoriamente, serviços compatíveis com o presente objeto.

Considera-se compatível o atestado/declaração que comprovar a prestação, pela empresa licitante, dos seguintes serviços:

- a) Realização de no mínimo 04 (quatro) eventos, sendo 03 (três) eventos em 03 (três) regiões distintas (região norte e/ou nordeste e/ou sul e/ou sudeste e/ou centro-oeste a exceção do Distrito Federal), como congresso, convenção, seminário, workshop e congêneres, em nível regional ou nacional, para público igual ou superior a 100 (cem) pessoas;
- b) Prestação de serviços de organização de no mínimo 02 (dois) eventos, em nível nacional, exceto Distrito Federal, contemplando no mínimo planejamento, para público igual ou superior a 100 (cem) pessoas.

O atestado/declaração deve referir-se a:

- a) Contrato já concluído ou já decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado e executado (concluído) em prazo inferior, este apenas será aceito mediante a apresentação do respectivo contrato;
- b) Serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Poderá ser apresentado mais de um atestado para fim de comprovação da qualificação técnica.

O documento apresentado pelo licitante para comprovação de sua qualificação técnica, além de possuir informações técnicas e operacionais suficientes para qualificar o escopo realizado, deverá conter dados que possibilitem ao MMA, por intermédio do seu pregoeiro, caso julgue necessário, confirmar sua veracidade junto ao cedente emissor.

A empresa participante deverá apresentar certificado de cadastro ou comprovante de requisição no Ministério do Turismo como prestador de serviços de organizador de congressos, convenções e eventos congêneres, nos termos do art. 21, inciso IV, da Lei nº 11.771, 17/09/2008, c/c art. 18 do Decreto nº 7.381, de 02/12/2010.

A empresa participante, ainda, deverá comprovar que possui experiência mínima de 3 (três) anos no mercado, em referência ao objeto do presente instrumento, ininterruptos ou não, demonstrada por meio da apresentação de atestado(s).

Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) conter:

- a) Nome da empresa ou órgão que forneceu o atestado;
- b) Descrição detalhada do serviço prestado;
- c) Manifestação expressamente positiva acerca da qualidade dos serviços prestados pelo interessado; e
- d) Endereço e identificação completos do responsável pela emissão do atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais.

No que tange às exigências acima, mister ressaltar que o MMA necessita, para a futura contratação, conjugar dois fatores de igual importância: a segurança e a vantagem da contratação para a Administração.

Busca-se, assim, a comprovação satisfatória da efetiva, concreta e prática execução dos serviços.

Entende-se que as exigências ora apresentadas são adequadas, necessárias, suficientes e pertinentes ao objeto licitado, não implicando em qualquer restrição ao caráter competitivo que deve reger a licitação.

Por oportuno, segue excerto retirado das recomendações do TCU constantes do Acórdão nº 556/2010--Plenário:

*“9.4.3 adote providências necessárias à realização de novo processo licitatório para o objeto inerente à Concorrência nº 2/2009, observando o disposto no Regulamento*

*de Licitações e Contratos da Apex Brasil e na jurisprudência do TCU, bem como os pontos a seguir elencados: [...] 9.4.3.6 abstenha-se de incluir no edital, como critério de pontuação técnica a apresentação de certificado do Ministério do Turismo como organizadora de eventos (item 6.2.1, VI, do Edital da Concorrência nº 2/2009), mas como critério de habilitação, em atenção ao art. 2º, incisos IV e V, do Decreto nº 5.406/2005, nos termos do art. 12, II, “d”, do RLC da Apex Brasil, observando tratar-se da comprovação de registro no Ministério do Turismo como organizadora de eventos.”*

Destaca-se, também, o constante do item 10.6 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, anexo VII-A:

*“10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração Pública poderá exigir do licitante: [...] b) comprovação que já execução objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de três anos na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados; [...] 10.6.1. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação de que trata a alínea “b” do subitem 10.6 acima, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.”*

#### **Duração Inicial do Contrato:**

O contrato a ser celebrado terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, quando comprovadamente for vantajoso para o MMA desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado na instrução processual que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização dos serviços;
- d) Comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- e) Manifestação expressa da empresa contratada informando o interesse na prorrogação; e
- f) Comprovação de que a empresa contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

A empresa contratada deverá comunicar o seu interesse em prorrogar a vigência do contrato, mediante consulta formal do MMA, em tempo hábil para o andamento do processo.

A vantajosidade econômica para prorrogação contratual estará assegurada nos casos de reajustes, com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato.

O MMA não poderá prorrogar o contrato quando a empresa contratada tiver sido declarada inidônea, impedida ou suspensa no âmbito da União ou do MMA, nos termos da legislação vigente, enquanto perdurarem os efeitos.

A empresa contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosos para o MMA.

### **Critérios e práticas de sustentabilidade:**

Os serviços deverão atender aos critérios para a promoção de acessibilidade previstos em normas vigentes, incluído o atendimento a todas as pessoas portadoras de necessidades especiais, participantes dos eventos.

Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia da União – AGU, devem ser observados, dentre outros, os seguintes critérios:

- a) Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.
- b) Na escolha do imóvel a ser locado deverão ser considerados os padrões de acessibilidade constantes da Lei nº 10.098, de 2000, da Lei nº 13.146, de 2015, do Decreto nº 5.296, de 2004 e da NBR 9050/ABNT, bem como sinalização em braile e em formatos de fácil leitura e compreensão nos termos do Decreto nº 6.949, de 2009.
- c) São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:
  - Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
  - Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
  - Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
  - Outras formas vedadas pelo poder público.

Os critérios para a promoção de acessibilidade, supracitados, não excluem qualquer outra determinação legal acerca do tema, quer seja complementar, suplementar, superveniente ou qualquer outra que se aplique em caso concreto.

O(s) serviço(s) deverá(ão) respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade assim como:

- a) A utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

- c) Observação da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- e) Realização de separação dos resíduos recicláveis descartados durante os eventos;
- f) Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e
- g) Revisão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Esta contratação observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

**Quanto à necessidade da contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:**

Não será necessária a transição contratual diante do objeto da prestação do serviço.

## **5. Levantamento de Mercado**

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais e contratos, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

As necessidades identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

Nesse sentido, foram obtidas informações dos seguintes órgãos:

- a) Ministério da Justiça e Segurança Pública – Contrato nº 110/2020 (Processo nº 08084.001780/2019-52);
- b) Ministério da Educação – Contrato nº 24/2019 (Processo Administrativo nº 23000.020501/2018-45); e
- c) Ministério do Turismo – Contrato nº 28/2020 (Processo Administrativo nº 72031.001822/2020-11).

Cumpre informar que não foi necessária a utilização de audiência pública em virtude do resultado das pesquisas no site do governo, que foram suficientes para comprovar a viabilidade da metodologia e a disponibilidade de empresas para execução do objeto.

Diante da análise efetuada nas contratações acima referidas, somando às características próprias deste Órgão, foi encontrada a solução que atende as necessidades do MMA para a referida contratação. Ressalta-se que a solução encontrada está nos parâmetros dos serviços aplicados na Administração Pública.

A solução que atende aos interesses e necessidades da Administração é a contratação de empresa especializada na prestação continuada de serviços de assessoria, abrangendo planejamento operacional, dimensionamento, organização, acompanhamento, supervisão e de execução contemplando administração, logística e infraestrutura de eventos institucionais promovidos pelo Ministério do Meio Ambiente, âmbito nacional, exceto Distrito Federal, por demanda, considerando a gama de serviços demandados pela Pasta.

Quanto à forma de contratação, a realização de licitação com vistas à contratação pretendida, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço global, respeitando-se os valores máximos aceitáveis de cada item demandado.

O critério de adjudicação da licitação corresponderá ao somatório do valor total dos itens estimados.

Na proposta de preços, vencedora do certame, deverá constar o valor unitário para cada item.

A proposta de preços deverá ser analisada item a item, ficando desclassificadas aquelas que apresentarem valores unitários de cada serviço/material/equipamento superiores aos valores máximos fixados pela Administração.

## **6. Descrição da solução como um todo**

A presente contratação tem por objetivo prover recursos técnicos, materiais e humanos necessários ao atendimento de demandas em eventos a serem realizados pelo MMA, visando o cumprimento de sua respectiva competência e missão institucional.

Compreendem-se por organizadoras de eventos as empresas de que trata o artigo 30, da Lei nº 11.771/2008:

Art. 30. Compreendem-se por organizadoras de eventos as empresas que têm por objeto social a prestação de serviços de gestão, planejamento, organização, promoção, coordenação, operacionalização, produção e assessoria de eventos.

Entende-se por evento qualquer acontecimento programado para reunir pessoas com objetivo específico.

Os eventos poderão ser dialogais ou expositivos e de pequeno, médio ou grande porte, conforme demandado pela contratante, seguindo as orientações dos normativos internos que regem o assunto em tela no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

Assessoria de Evento: prestação de serviço de natureza técnica e especializada para planejamento, dimensionamento, organização, acompanhamento e supervisão, antes, durante e após a realização do evento.

### Coordenação e Supervisão

Na organização do evento, independentemente do porte, é essencial que as diversas atividades do processo de preparação e montagem estejam sob a coordenação e



supervisão de servidor do MMA, especialmente designado como Responsável pelo Evento, que atuará na fiscalização direta de todos os procedimentos da empresa contratada, já na concepção do evento, conforme definição de cada item.

No exercício da coordenação do evento, a Unidade Demandante poderá designar servidores para auxiliar o Responsável pelo Evento, com responsabilidade de planejar a distribuição de atribuições com vistas a, entre outros, definição do público, elaboração de listas de participantes, aprovação dos orçamentos, a elaboração de relatórios e a avaliação final.

Equipe de Apoio: força de trabalho do MMA ligada ao evento.

Evento Institucional: atividade planejada com o fim de promover a imagem do MMA e projetar assuntos e políticas públicas de sua competência.

Fiscalização do Contrato: servidor(es) formalmente designado(s) como representante(s) do MMA para fiscalizar a prestação dos serviços de assessoria e execução de eventos institucionais contratados pelo Órgão.

Gestor do Contrato: servidor designado para coordenar a execução contratual.

Unidade Demandante: unidade do MMA que propõe e organiza o evento na sua área de atuação.

Responsável pelo Evento: servidor formalmente designado como representante da Unidade Demandante para acompanhar o processo de promoção do evento, desde o seu planejamento até a prestação de contas.

Infraestrutura do Evento: conjunto de elementos ou serviços considerados necessários para a realização do evento.

Solicitação de Evento: Norma operacional/formulário de programação do Evento: documento que agrega o conjunto de elementos necessários e suficientes, com o nível de precisão adequado, para caracterizar o evento.

Planejamento do Evento: etapa em que o evento deverá ser programado com elementos essenciais para nortear a organização e a execução do evento.

Logística do Evento: disponibilização e gerenciamento dos recursos físicos, materiais e os recursos humanos necessários à realização do evento.

Organização: etapa em que se obedece a uma sequência lógica de procedimentos descritos no planejamento.

Participante: todo aquele que comparece aos eventos institucionais do MMA.

Ordem de Serviço: documento utilizado para oficializar a empresa contratada quanto à prestação de serviços relativos ao objeto do contrato.

Serviço de Execução do Evento: prestação de serviço de administração, logística e infraestrutura voltados à realização do evento.

**Prestação de Contas:** procedimento de acompanhamento sistemático que conterá elementos que permitam comprovar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto do serviço de evento demandado e o alcance dos resultados previstos.

**Relatório de Avaliação:** documento que detalha as diversas etapas dos serviços executados, apresenta a avaliação da qualidade técnica dos mesmos, os resultados alcançados, a eficiência da empresa contratada e identifica os pontos de melhoria.

Vale sublinhar que empresas organizadoras de eventos são reputadas pela flexibilidade na prestação de serviços e pela notória capacidade gerencial resultantes da alta especialização de seus departamentos de compras, que buscam otimizar a eficiência no mercado de bens e serviços de forma a oferecer soluções mais adequadas à finalidade específica de cada evento.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O contrato atual mantido pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, conforme Processo Administrativo SEI 02000.001901/2015-39, foi a base para estimativa de quantidades e definições dos itens necessários para o atendimento da necessidade do órgão.

À época da última contratação, o cenário de eventos era outro, apenas presencial. Com a modernização e acessão de novas plataformas de comunicação, a racionalização dos gastos públicos, a orientação para contratações sustentáveis some-se a isso as mudanças geradas pela pandemia o “modus operandi” de eventos foi remodelado.

Além disso, a Administração Pública há alguns anos vem passando por um processo de otimização, estimulando a eficiência e modificações nas escolhas das contratações públicas, inserindo sempre que possível inovação para este fim, sem que isso represente perda de qualidade e/ou oneração ao erário.

Posta assim a questão, na avaliação do histórico do Contrato nº 04/2016 o Estudo identificou os seguintes apontamentos:

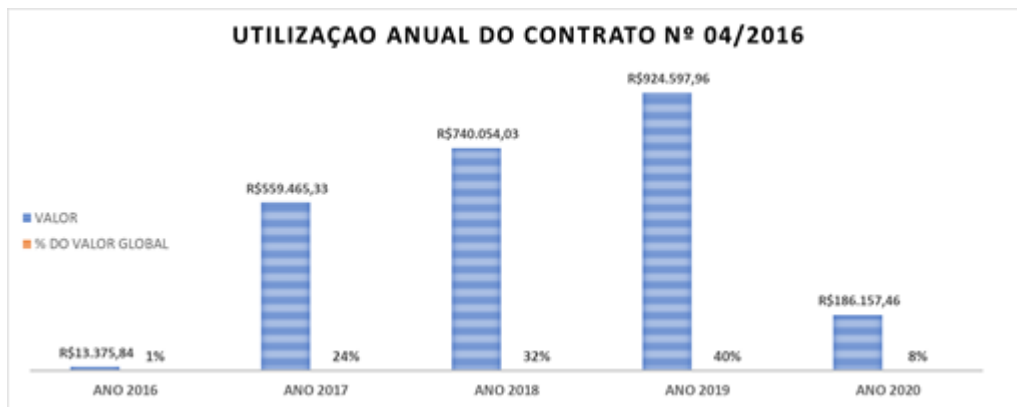
### TABELA POR ANO

	ANO 2016	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020
QTDE DE EVENTOS	1	11	16	8	5
VALOR	R\$ 13.375,84	R\$ 559.465,33	R\$ 740.054,03	R\$ 924.597,96	R\$ 186.157,46
MÉDIA/EVENTO	R\$ 13.375,84	R\$ 50.860,48	R\$ 46.253,38	R\$ 115.574,75	R\$ 37.231,49
% DO VALOR GLOBAL	1%	24%	32%	40%	8%

Vale pontuar que os anos de 2016 e 2020 foram atípicos, sendo:

- a) 2016: primeiro ano de contrato e apenas 01 (um) evento;
- b) 2020: o último e atual período, porém apenas 05 (cinco) eventos devido ao protocolo de combate a pandemia.

### UTILIZAÇÃO ANUAL DO CONTRATO



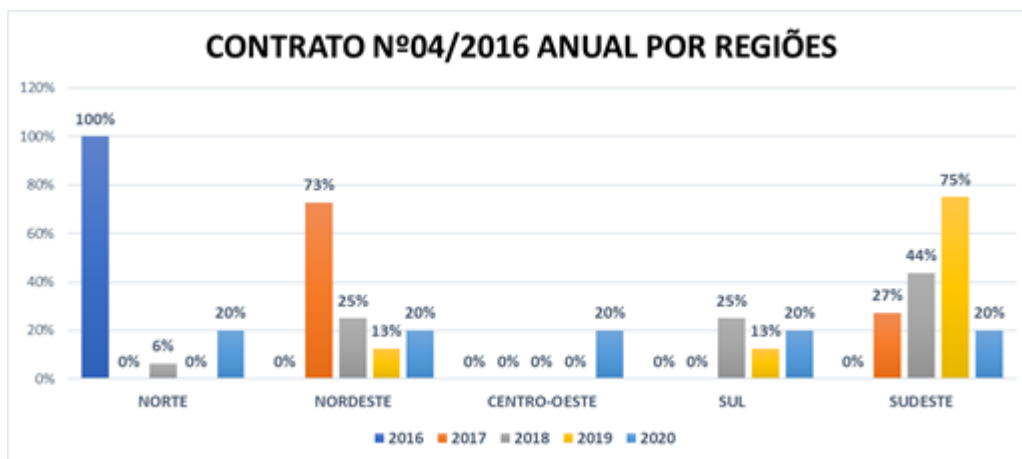
## DURANTE O PERÍODO DO CONTRATO

PERÍODO DO CONTRATO	
QTDE TOTAL	41
MÉDIA QTDE /ANO	8
VALOR TOTAL	R\$ 2.423.650,62
MÉDIA VALOR /ANO	R\$ 484.730,12

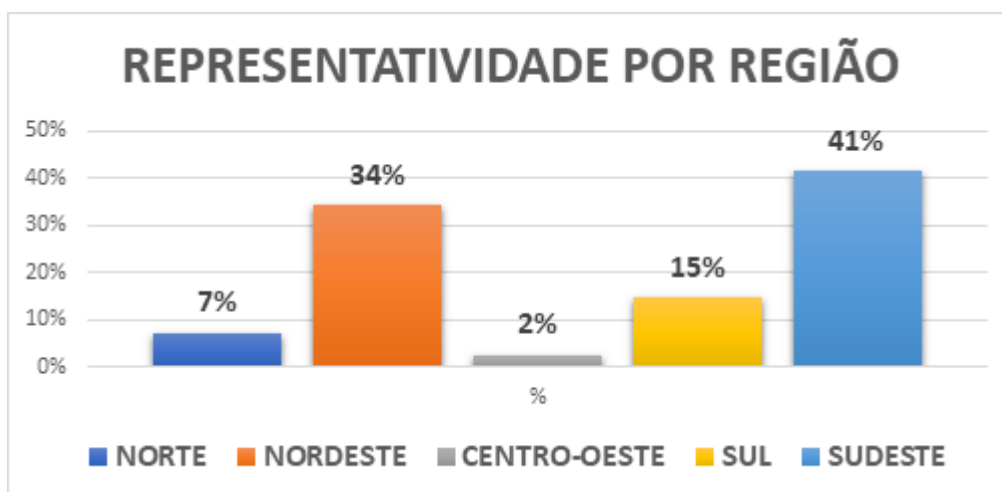
## RESUMO DO CONSUMO DOS ITENS

TOTAL DE ITENS	383
ITENS USADOS	202
ITENS ZERADOS	181
ITENS EXCLUÍDOS	17
ITENS INCLUÍDOS	10

## EXECUÇÃO ANUAL DO CONTRATO POR REGIÃO



## REPRESENTATIVIDADE POR REGIÃO



Após o reexame, conforme tabela “Resumo do consumo dos itens”, dos 383 (trezentos e oitenta e três) itens e da execução da contratação atual a Equipe de Planejamento, concluiu:

### a) Supressão de 198 itens identificados como obsoletos e/ou ociosos e/ou dispensáveis.

Foram observados itens que durante toda a execução não foram demandados ou que vão de encontro com os normativos mais atuais.

### b) Atualização/ajuste de alguns itens.

As descrições de alguns itens passaram por incrementos acompanhando o avanço da tecnologia e a adequação conforme demanda do MMA.

### c) Redimensionamento dos quantitativos.

Com base no histórico e como margem de segurança, o redimensionamento incluiu o adicional de 25% (vinte e cinco por cento).

### d) Inclusão de itens novos.

Durante a execução do contrato observou-se a necessidade do MMA por alguns itens que não constam no rol do contrato atual, acrescido a isso com a nova realidade dos eventos devido à pandemia

## PROPOSTA

REDIMENSIONAMENTO DA QUANTIDADE DE ITENS	
ATUAL CONTRATAÇÃO	383
NOVA CONTRATAÇÃO	195

### 8. Estimativa do Valor da Contratação

Tendo por base a pesquisa de preço junto ao mercado o valor estimado para contratação é de R\$ 1.528.872,44 (um milhão quinhentos e vinte e oito mil oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos).

### 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Ainda que seja regra o parcelamento das soluções a serem contratadas, essa não é absoluta, visto que a eventual divisão do objeto por itens pode acarretar prejuízo para o conjunto da solução, especialmente com a perda de economia de escala, assim preconizado na Súmula 247 do TCU:

"É imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala."

Também é possível observar por meio da pesquisa de preços que existem diversos fornecedores aptos a prestar o serviço objeto da presente licitação de forma nacional, atendendo todas as regiões do país

A contratação dos serviços em item único sem parcelamento do seu objeto é a que melhor atende os interesses e necessidades do MMA pelo fato de que os itens demandados apresentam caráter de interdependência e são comuns a todas as empresas do ramo em questão.

Ademais, o modelo de contratação pretendida: menor preço global- permite à Administração economia de recursos humanos, materiais e de custos variáveis.

Do ponto de vista da eficiência técnica, a adjudicação do objeto a uma única pessoa jurídica é mais vantajosa para a Administração Pública pois o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador, com concentração da responsabilidade, além de maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços, facilidade no cumprimento das regras estabelecidas no Termo de Referência e possibilidade de ganho na economia aplicada à logística, execução e redução de preços a serem pagos pela Administração.

Vale ressaltar que seria desastroso para a Administração, tecnicamente, se a realização do evento restasse prejudicada por mau funcionamento, falha ou falta de parte dos recursos previstos, como na hipótese de que a cabine de interpretação, contratado à empresa A, se apresentasse inoperante, o que inviabilizaria o serviço de interpretação simultânea, contratado à empresa B, por exemplo.

Cumpre observar que o histórico de prestação de serviços para o MMA demonstra que as atividades de planejamento e organização dos eventos normalmente são mais complexas e trabalhosas do que a própria execução.

Nesse sentido, como benefícios do modelo de contratação proposto, tem--se:

- a) Viabilização de melhor gerenciamento dos serviços desenvolvidos pelo MMA, com isso evita-se sobrecarga de trabalho, desperdício de recursos, minimiza os riscos de eventuais prejuízos à Administração e comprometimento da qualidade desses serviços;
- b) Prestação dos serviços por empresa especializada.

Além disso, destaca--se que o Tribunal de Contas da União - TCU, por meio do Acórdão nº 1.712/2015--Plenário, ao analisar o uso do Sistema de Registro de Preços e o critério de adjudicação por preço global ou lote, firmou o seguinte entendimento:

“[...]

9.3. Determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que:

9.3.1. Evite utilizar o sistema de registro de preços quando as peculiaridades do objeto a ser executado e sua localização indiquem que só será possível uma única contratação ou não houver demanda de itens isolados, pelo fato de os serviços não poderem ser dissociados uns dos outros, não havendo, assim, a divisibilidade do objeto, a exemplo de serviços de realização de eventos;

9.3.2. Observe que o sistema de registro de preços não é adequado nas situações em que o objeto não é padronizável, tais como os serviços de promoção de eventos, em que os custos das empresas são díspares e impactados por vários fatores, a exemplo da propriedade dos bens ou da sua locação junto terceiros; de sazonalidades (ocorrência de feiras, festas, shows e outros eventos no mesmo dia e localidade); do local e do dia de realização do evento; e do prazo de antecedência disponível para realização do evento e reserva dos espaços/apartamentos [...]”.

Deve-se frisar que o primado da eficiência não implica menosprezar a competitividade, que, no formato desta licitação, estará assegurada direta e indiretamente, haja vista a profusão de empresas organizadoras de eventos no mercado, em cujas carteiras se encontram diversos fornecedores para os mesmos recursos.

Também não há que se falar em preterir o princípio da economicidade, haja vista a racionalização promovida pela Administração, por meio do qual foi possível estabelecer estimativa com base em dados reais de uso de recursos, a favorecer a oferta de melhores propostas de preços pelas licitantes.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

Por se tratar de serviços de atividades acessórias e complementares, não foi contemplado diretamente no Planejamento Estratégico do MMA, mas consta previsão no Plano Anual de Contratações (PAC), de 2021.

## **12. Resultados Pretendidos**

São esperados os seguintes resultados com a contratação em tela:

- a) Pronta resposta às demandas de eventos institucionais apresentadas;
- b) Apoio na coordenação geral dos eventos, incluindo participação nas reuniões preparatórias e supervisões administrativa, logística, de cerimonial e de protocolo;
- c) Assessoria durante a realização dos eventos, com profissionais especializados;
- d) Organização, execução e acompanhamento da infraestrutura física e logística dos eventos;
- e) Qualidade, precisão e tempestividade na realização dos serviços;
- f) Uniformização do modo de atuar na realização dos eventos, em consonância com os padrões e exigências estabelecidas pelo MMA;
- g) Redução dos custos para atendimento das demandas;
- h) Melhoria contínua na sistematização dos eventos, com vistas a alcançar melhor eficiência e eficácia.

Destaca--se que inexistem quadros funcionais do MMA para a execução dos serviços em análise, o que impede o aproveitamento de recursos humanos existentes.

Não serão disponibilizados recursos materiais ou financeiros para a execução dos serviços, exceto os valores referentes ao pagamento pelos serviços efetivamente executados.

## **13. Providências a serem Adotadas**

**Considerar a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado:**

O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação específica, porém cumpre ressaltar que o MMA oferece, dentre outros, cursos para fiscais e gestores de contratos, e que esse aprimoramento por parte dos servidores é imprescindível para a melhoria do controle dos serviços.

Contudo, deve-se providenciar juntamente com as áreas demandantes do Ministério, ao final de cada exercício, uma planilha que contemple as previsões dos eventos para o exercício seguinte.

Por fim, a revisão da norma operacional interna do MMA que trata do tema em questão.

#### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

A contratada para a prestação dos serviços, objeto deste Estudo, deverá pautar-se em boas práticas de sustentabilidade devendo orientar seus funcionários e/ou fornecedores a fazerem uso racional de água, instruindo-os a evitar o desperdício de água tratada, bem como reduzir o consumo de energia.

Como também deverá orientar seus empregados a colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas.

A Contratada deverá sempre buscar a redução do uso de copos descartáveis, os quais deverão ser de material biodegradável.

Atender, no que couber, a Instrução Normativa nº 01/2010 de 19/01/2010, a Instrução Normativa nº 05 de 26/05/2017, a Lei nº 12.187/2009, a Lei nº 12.305/2010, o Decreto nº 7.746/2012, e a Resolução CONAMA nº 401/2008.

Insta, ainda, observar que deverá ser observado as orientações preconizadas no Guia Nacional de contratações sustentáveis – 3ª Edição Abr/2020.

A orientação prevista neste item não impedirá a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental que venham a ser regulamentadas ou exigidas por norma posterior.

#### **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

##### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

Diante de toda a análise desenvolvida no estudo preliminar, a Equipe de Planejamento da Contratação considera ser a contratação viável, além de necessária para o atendimento das necessidades e interesses do Ministério do Meio Ambiente.

Ressalta-se que o termo de referência, a ser elaborado a partir dos documentos “Estudos Preliminares da Contratação” e “Gerenciamento de Risco” é fruto de trabalho conjunto envolvendo a Equipe de Planejamento da Contratação e a Coordenação-Geral de Gestão Administrativa e terá como base o modelo de minuta da Advocacia-



Geral da União com as adequações julgadas necessárias em razão do presente objeto de contratação.

## 16. Responsáveis

Portaria SPOA Nº 180, de 14 de agosto de 2020

LUCIANA DANTAS DE OLIVEIRA  
Analista Ambiental

Portaria SPOA Nº 180, de 14 de agosto de 2020.

JOSEANE SEABRA MARTINS  
Agente Administrativo

Portaria SPOA Nº 180, de 14 de agosto de 2020

CARLA FELICIANO DA SILVA  
Agente Administrativo



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

ANÁLISE DE RISCOS

Processo nº 02000.003616/2020-10

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR							
Id	Risco	Causa	Dano	Probabilidade	Impacto	Ação	Responsável
1	Não aprovação do planejamento da contratação	Falha na instrução processual	Atraso na contratação	Baixa	Alto	Preventiva: reuniões da Equipe de Planejamento com as Coordenações Gerais de Gestão Administração e de Compras e Contratos  Contingência: revisão dos procedimentos adotados	Equipe de Planejamento, CGGA e CGCC
2	Demora na conclusão do procedimento licitatório	Rito procedimental	Atraso na contratação	Média	Alto	Preventiva: acompanhamento pela CGGA e CGCC e esclarecimentos e orientações acerca do processo, com vistas à identificação de falhas e/ou vícios e retrabalhos  Contingência: reunião extraordinária da Equipe de Planejamento da Contratação com todos os envolvidos para a realização dos ajustes necessários com vistas ao encaminhamento do processo; agilidade nas ações pela equipe de pregão	Equipe de Planejamento, Pregoeiro, CGGA e CGCC
						Preventiva: pesquisa de mercado válida e acompanhamento pela CGGA e CGCC	

3	Proposta com valor superior ao máximo previsto	Alta margem de lucro	Atraso na contratação	Baixa	Alto	Contingência: negociação pelo Pregoeiro junto ao vencedor da fase de lances da licitação, com vistas à obtenção de valores iguais ou inferiores aos máximos previstos; repetição da licitação.	Pregoeiro, CGGA e CGCC
4	Proposta com valor abaixo do preço de mercado	Redução de preço na disputa licitatória	Pode gerar atrasos na entrega do material demandando necessidade de contratação de outra empresa para a execução	Média	Alto	Preventiva: pesquisa de mercado válida e acompanhamento pela CGGA e CGCC  Contingência: verificação pelo Pregoeiro se o preço ofertado não está desproporcionalmente abaixo do mercado;  verificação pelo Pregoeiro quanto à ocorrência de risco para a Administração, devendo entrar em contato com a licitante e informá-la dos riscos dos valores inexequíveis antes do encerramento da fase de aceitação de propostas; rigor na condução da licitação; repetição da licitação.	Pregoeiro, CGGA e CGCC
5	Impugnação do edital de licitação	Diversa	Atraso na contratação	Baixa	Alto	Preventiva: revisão do edital de licitação; pesquisa em licitações similares quanto às principais causas de questionamentos administrativos e jurídicos;  resposta a todos os questionamentos administrativos de forma efetiva e eficaz.  Contingência: repetição da licitação.	Equipe de Planejamento da Contratação, Pregoeiro, CGGA e CGCC
						Preventiva: pesquisa	Equipe de Planejamento

6	Licitação fracassada ou deserta	Ausência de proposta válida ou de participante da licitação	Atraso na contratação	Baixa	Alto	de mercado e rigor na elaboração do edital; pesquisa em licitações similares;  Contingência: repetição da licitação.	da Contratação, Pregoeiro, CGGA e CGCC
---	---------------------------------	---	-----------------------	-------	------	--	--

GESTÃO DO CONTRATO							
Id	Risco	Causa	Dano	Probabilidade	Impacto	Ação	Responsável
1	Descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa contratada	Diversa	Não execução dos serviços conforme contratado; atraso ou ausência de atendimento das demandas de eventos institucionais do MMA	Média	Alto	Preventiva: estabelecimento no Termo de Referência de regras adequadas para a execução contratual; regular comunicação com a empresa desde a assinatura do contrato;  solicitação de explicações detalhadas e documentadas à empresa sobre alertas de atraso.  Contingência: aplicação de sanções previstas no contrato; rescisão contratual, com a verificação quanto à possibilidade de contratação de remanescente da licitação	Fiscais do Contrato, CGGA e CGCC
	Atraso na					Preventiva: estabelecimento de cronograma	

2	execução do contrato devido à intempestividade do MMA em oferecer as condições necessárias para sua realização	Diversa	Interrupção da execução dos serviços	Baixa	Médio	adequação no âmbito do MMA; definição dos atores responsáveis pelos ajustes necessários à execução  Contingência: verificação das causas e correções	Fiscais e Gestor do Contrato
3	Rescisão contratual	Diversa	atraso ou ausência de atendimento das demandas de eventos institucionais do MMA	Baixa	Alto	Preventiva: estabelecimento no Termo de Referência de regras adequadas para a execução contratual; regular comunicação com a empresa desde a assinatura do contrato;  solicitação de explicações detalhadas e documentadas à empresa sobre alertas de atraso.  Contingência: aplicação de sanções previstas no contrato; efetuar novo processo de contratação, utilizando os artefatos de planejamento produzidos, com as atualizações baseadas na experiência adquirida no processo de gestão ou contratação de remanescente da licitação	Fiscais do Contrato, CGGA e CGCC



Documento assinado eletronicamente por **Joseane Seabra Martins, Agente Administrativo**, em 12/01/2021, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Feliciano da Silva, Agente Administrativo**, em 18/01/2021, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Dantas de Oliveira, Analista Ambiental**, em 18/01/2021, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mma.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0674003** e o código CRC **CF50A636**.